



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
DIRETORIA DA CONSULTORIA TÉCNICA

INFORMAÇÃO Nº 6/2020/DITEC

PROCEDÊNCIA: PRESIDÊNCIA

ASSUNTO: PREVALÊNCIA DO PARECER PRÉVIO DO TCE

INFORMAÇÃO Nº 06 /2020

Senhor Conselheiro Presidente,

Vem a exame desta Consultoria Técnica, por determinação de manifestação exarada pela Presidência deste TCE, o Ofício nº 412/2019-CMA, de 11.11.2019, do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Apuí, capeando o Decreto Legislativo nº 009/2019-CMA, de 05.11.2019, da Câmara Municipal de Apuí, que acolheu o Acórdão/Parecer nº 34/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO, constante nos autos do Processo nº 11216/2017, e cujo teor era no sentido de que aquele Poder Legislativo Municipal **DESAPROVASSE** a Prestação de Contas Anual de responsabilidade do Sr. Adimilson Nogueira, Prefeito Municipal à época, referente ao exercício de 2016.

Verificada a Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 04.11.2019, encaminhada para análise desta CONSULTEC no que tange ao quórum necessário, assim nos manifestamos:

A matéria abordada nesta informação encontra-se disciplinada no art. 31, §2º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 31 - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§1º(...)

§ 2º - O **parecer prévio**, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só **deixará de prevalecer** por decisão de **dois terços** dos membros da Câmara Municipal. (g.n)

No caso presente, verificamos que **11 (Onze) edis**, compareceram à votação acerca da prevalência ou não do Acórdão desta Corte de Contas, emitido nos autos do Processo nº 11216/2017. Foram contabilizados 10 (dez) votos favoráveis ao Parecer desta Corte de Contas, e 01 (um) abstenção, respeitando, assim, o quórum mínimo de 2/3 previsto na Constituição da República.

Portanto, os vereadores supracitados votaram no sentido de DESAPROVAR as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, acatando o Acórdão/Parecer nº 34/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO, constante nos autos do Processo nº 11216/2017, que recomendava a desaprovação da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Adimilson Nogueira, Prefeito Municipal à época.

Ante o exposto, cumprida a determinação constitucional, nada obsta o ato emanado pela referida Câmara Municipal, sugerindo a presidência que encaminhe esta documentação para a Secex para que faça a juntada aos autos correspondentes e após a Dicami para controle.

É a informação.

CONSULTORIA TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS,
em Manaus, 17 de janeiro de 2020.

Pedro Augusto Oliveira da Silva

Diretor da CONSULTEC

Isadora Alves Chixaro

Assessora da CONSULTEC

É a informação.



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Alves Chixaro, Assessor(a) da Consultoria Técnica**, em 17/01/2020, às 10:48, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, Portaria n. 01-SEGER/GP/TCE/AM, de 14 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Augusto Oliveira da Silva, Diretor(a) da Consultoria Técnica**, em 20/01/2020, às 09:59, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, Portaria n. 01-SEGER/GP/TCE/AM, de 14 de dezembro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.am.gov.br/sei/autenticar>, informando o código verificador **0066705** e o código CRC **AE48F636**.



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
DESPACHO



OFÍCIO Nº 412/2019-CMA.

A ASSESSORIA para análise e emissão de INFORMAÇÃO.

A Sua Excelência a Senhora Em: 14/01/2020 Dr. Augusto Oliveira da Silva
Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos Diretor CONSULT-EC
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
MANAUS/AM

ASSUNTO: encaminhamento.

Apuí (AM), 11 de novembro de 2019.

Despacho:
Ao Gabinete da Presidência,
para ciência e comunicação ao
Egégio Tribunal Pleno.

À CONSULT-EC,
para análise e manifestação acerca
dos procedimentos formais adotados
pela Casa Legislativa
Em: 13/01/20

Mário Manoel Coelho de Mello
Conselheiro Presidente

Senhora Presidente,

1. Honra-me cumprimentá-la Vossa Excelência, venho através deste informar que na sessão ordinária da Câmara Municipal de Apuí/AM realizada no dia 04 (quatro) de novembro de 2019, foi aprovado por maioria o Parecer Nº 004/2019-CFO o qual recomenda a desaprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Adimilson Nogueira, Ex-Prefeito Municipal, onde a deliberação Plenária se deu da seguinte forma: 10 (dez) votos acatando o Parecer Nº 003/2019-CFO e 01 (um) abstenção, ficando assim desaprovado as contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, na forma do Parecer Prévio Nº 34/2019 – TCE – Tribunal Pleno.
2. Diante disso encaminho cópias de expedientes atinentes a tal matéria para fins de conhecimento e providências cabíveis.
3. Segue em anexo: Decreto Legislativo Nº 009, de 05 de novembro de 2019, Ata da 110ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Apuí/AM a que trata da deliberação de tal matéria.
4. No ensejo, coloco-me à disposição.

Respeitosamente,

Flaviano Carvalho de Souza
Vereador
Presidente C.M.A

Vereador **Flaviano Carvalho de Souza**
Presidente da Câmara Municipal de Apuí/AM

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO AMAZONAS
CONSULTEC

Entrada às 16h13m

Em: 13/01/20

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO AMAZONAS - PRESIDÊNCIA
RECEBIDO

Data: 03/01/20

Hora: 11:40



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ



Ata da 110ª (Centésima Décima) Sessão Ordinária, do 3º (Terceiro) Período da 8ª (Oitava) Legislatura. Realizada em 04/11/2019 (quatro de novembro do ano de dois mil e dezenove), às 10h10 (dez horas e dez minutos), no Plenário Luiz Carlos Caetano dos Santos, nas dependências da Câmara Municipal de Apuí, situada à Avenida Treze de Novembro, nº 305, Centro, Praça dos Três Poderes. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Flaviano Carvalho de Souza e Secretariado pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Gevan Pires Barbosa, constatou-se a presença dos seguintes Vereadores: Flaviano Carvalho de Souza, Gevan Pires Barbosa, Valmir de Camargo dos Santos, Antônio Carlos Moisés Franco, Bruno José de Moraes, Jezrel de Souza Pinheiro, José Ribamar Araújo, Carlos Alves da Silva, Gilberto Vizolli, Roberto Willian Braga Gomes e Ocivaldo de Sousa Sales. Constatado quórum regimental para abertura dos Trabalhos, o Presidente sob a proteção de Deus, declarou aberta a 110ª (Centésima Décima) Sessão Ordinária do (3º) Terceiro Período da (8ª) Oitava Legislatura às 10h17 (dez horas e dezessete minutos). Presidente colocou em votação, a leitura ou dispensa da Ata da 109ª (Centésima Nona) Sessão, que após votada obteve dispensa. O Presidente solicitou ao Primeiro Secretário, a leitura da Pauta: Ofício Nº 239/2019-GDBL – Encaminhou ao Presidente da Câmara Municipal de Apuí, cópia da resposta ao Requerimento Nº 4025/2019-GDBL, que solicita providências contra a empresa Claro, em razão da má qualidade dos serviços prestados; Ofício Nº 311/2019-GSEAI/SEDUC – Encaminhou ao Presidente da Câmara Municipal de Apuí, resposta ao Ofício Nº 174/2019-CMA, que solicita professor de Língua Inglesa para a Escola Estadual Prof.ª Maria Curtarelli; Ofício Nº 1906/2019-CR-Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – Encaminhou ao Presidente da Câmara Municipal de Apuí, cópia da Decisão de Concessão de Liminar à Secretária Municipal de Saúde; Ofício Nº 381/2019-CMA – Solicitou ao Secretário Municipal de Obras, serviço de recuperação/manutenção na Rua do Silêncio com a Avenida Santo Ângelo, localizadas no Bairro Morena; Ofício Nº 382/2019-CMA – Solicitou ao Prefeito Municipal de Apuí, serviço de recuperação/manutenção na Rua do Silêncio com a Avenida Santo Ângelo, localizadas no Bairro Morena; Ofício Nº 383/2019-CMA – Solicitou ao Secretário Municipal de Educação, implantação do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), na Comunidade Indígena Aldeia São Benedito; Ofício Nº 385/2019-CMA – Solicitou ao Secretário Municipal de Obras, regularização do abastecimento de água potável no Bairro JK; Ofício Nº 4522/2019-DETRAN/AM – Encaminhou ao Vereador Antônio Carlos Moisés Franco, resposta ao Ofício Nº 033/2019-GVACMF; Ofício Nº 2452/2019-AESINT/GM-Ministério da Infraestrutura – Encaminhou ao Vereador Antônio Carlos Moisés Franco, resposta ao Ofício Nº 028/2019-GVACMF; Aviso de Licitação Nº 065/066/067/2019. Feito isso o Presidente solicitou ao Primeiro Secretário, a inscrição dos oradores. Pela ordem, a Tribuna esteve à disposição, do Vereador Roberto Willian Braga Gomes, pelo tempo regimental, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os Nobres Vereadores e o público presente; reiterou solicitação à Secretária Municipal de Saúde, afim do levantamento dos óbitos em razão de câncer, bem como dos Apuíenses em tratamento do mesmo e solicitou estudo técnico da água do Município aos órgãos competentes em nível de Estado, em razão do alto índice de portadores da referida moléstia; parabenizou o Diretor Presidente do DETRAN-AM, em razão do levantamento sobre a sinalização de Apuí; aclarou Projeto vindouro de sua autoria, que dispõe da redução de onze à nove Parlamentares por Legislatura, e a redução da remuneração dos mesmos à um salário mínimo; comentou o mal emprego do dinheiro Público em Apuí; expôs visita feita à Escola Alto União Km17, delatando o ambiente de ensino como degradante e fora dos padrões salubres e destacou as decorrências contraproducentes auferidas em razão da calamidade; Vereador Valmir de Camargo dos Santos

Valmir de Camargo dos Santos

Vereador

2º Secretário C.M.A.

25/11/19
Com o original
Assinado digitalmente



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ



pediu a parte, e expôs episódios nefastos sobre a estrutura da referida Escola, bem como do transporte dos alunos da mesma; retornou com a palavra o Vereador Roberto Willian Braga Gomes, comentou sua indignação ao ver maquinários da Prefeitura trabalhando para a Empresa Privada Power Tec, enquanto as demandas para a população estão indêbitas e em abandono, como por exemplo as calamidades dos Bairros JK e São Sebastião; e repudiou os atos do Poder Executivo, em razão da desassistência e insensibilidade às necessidades da população Apuiense. A Tribuna esteve à disposição, do Vereador Antônio Carlos Moisés Franco, pelo tempo regimental, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os Nobres Vereadores e o público presente; solicitou Ofício ao Prefeito Municipal, afim da recuperação do trecho do km 41 da Vicinal Estrada Nova; solicitou Ofício ao Prefeito Municipal, afim da recuperação da Ponte da Vicinal Sebastião Pedro; solicitou Ofícios de Aplaos ao Prefeito, Vice-Prefeito e ao Secretário de Obras Municipal, em razão dos trabalhos realizados nas Vicinais; solicitou um Ofício ao Executivo, afim da reposição imediata de medicamentos ao Município. A Tribuna esteve à disposição, do Vereador Ocivaldo de Sousa Sales, pelo tempo regimental, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os Nobres Vereadores e o público presente; expôs solicitação de sua autoria, afim da organização e melhoria de trânsito, bem como justificativas e custos; reiterou a aquisição de lombadas para as principais esquinas do Município de Apuí; expôs Requerimento de sua autoria sobre tanques escavados, afim da criação de alevinos para aumento da renda dos pequenos produtores rurais de Apuí. A Tribuna esteve à disposição, do Vereador Carlos Alves da Silva, pelo tempo regimental, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os Nobres Vereadores e o público presente; comentou as demandas realizadas em viagem feita à Manaus, bem como as melhorias adquiridas ao Município de Apuí em virtude da mesma. A Tribuna esteve à disposição, do Vereador Valmir de Camargo dos Santos, pelo tempo regimental, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Presidente, os Nobres Vereadores e o público presente, em nome do Líder da Base da Minoria Vereador Roberto Willian Braga Gomes; expôs reclamações da população sobre a falta de água no Município de Apuí, bem como a má gerência do Executivo; delatou como falsificadores de Lei o Prefeito e Vice-Prefeito Municipal; comentou sua preocupação com a realidade do Município de Apuí após o asfaltamento da BR-319, em virtude do favorecimento de Rondônia e da forte concorrência do mesmo nas vendas de alimentos para Manaus; solicitou convite a Representante da Amazonas Energia, afim da mesma comparecer na Reunião das Comissões do dia 05/11/2019 (cinco de novembro de dois mil e dezenove), ou do dia 12/11/2019 (doze de novembro de dois mil e dezenove); solicitou convites ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e ao Sr. João Hilário Borges, afim dos mesmos comparecerem na Reunião das Comissões do dia 05/11/2019 (cinco de novembro de dois mil e dezenove); solicitou convocação ao Secretário Municipal de Obras, afim do mesmo comparecer na Reunião das Comissões do dia 05/11/2019 (cinco de novembro de dois mil e dezenove); expôs vídeo de uma manifestação de moradores da BR-230, sentido Apuí/Sucunduri e adjacências, afim do direito de luz em suas residências, onde populares afirmam que foram iludidos pelo Prefeito Municipal de Apuí, que prometeu a instalação de energia elétrica nesta localidade. Concluído o uso da Tribuna, o Presidente solicitou ao Primeiro Secretário, a Leitura da Ordem do Dia: Parecer Conjunto Nº 031/2019 – CLJRF/CMF/CASES, que trata da deliberação do Projeto de Lei Municipal Nº 008, de 25 de setembro de 2019, de autoria do Vereador Gevan Pires Barbosa, que dispõe sobre a vedação de nomeação a cargo de confiança no âmbito do Poder Executivo Municipal de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Nº 11.340, sem ressalvas, o qual após lido, discutido e votado, foi aprovado por unanimidade;

Valmir de Camargo dos Santos
Vereador
1º Secretário C.M.A.

Confere com o original
EM: 25/11/19
Luciane Cavalcante Lopes

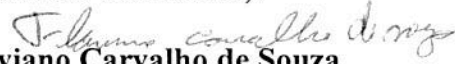



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ

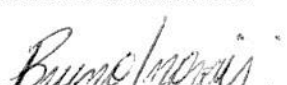


Parecer N° 003/2019 – CFO, que dispõe sobre a análise e desaprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor Adimilson Nogueira, Ex-Prefeito Municipal, o qual após lido, durante a discussão o Vereador Roberto Willian Braga Gomes, solicitou autorização para dar entrada do Requerimento N° 007/2019 na Pauta, que requer a retirada de Pauta do Parecer N° 003/2019-CFO e do Parecer N° 004/2019-CFO, o qual o Presidente acatou, que após lido, discutido e votado não foi aprovado, obtendo contra sete vetos, contra apenas três votos favoráveis dos Vereadores Roberto Willian Braga Gomes, Bruno José de Moraes e do Vereador Valmir de Camargo dos Santos cujo ressaltou a retirada de Pauta somente do Parecer N° 004/2019 – CFO; retornou a discussão e votação do Parecer N° 003/2019- CFO, o qual após discutido e votado, obteve a maioria favorável, com sete votos favoráveis, e quatro vetos dos Vereadores Bruno José de Moraes, Valmir de Camargo dos Santos, Roberto Willian Braga Gomes e Gilberto Vizolli, porém, conforme o Regimento Interno desta Casa, precisar-se-iam de 2/3 de votos favoráveis, sendo assim, não totalizou votos suficientes para a desaprovação das Contas de 2013 do Sr. Adimilson Nogueira; Parecer N° 004/2019 – CFO, que dispõe sobre a análise e desaprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Adimilson Nogueira, Ex-Prefeito Municipal, o qual após lido, discutido e votado, foi aprovado com dez votos favoráveis e um veto do Vereador Bruno José de Moraes. Nada mais a ser tratado, o Excelentíssimo Senhor Presidente, às 12h41 (doze horas e quarenta e um minutos), sob a Proteção de Deus, declarou encerrada a 110ª (Centésima Décima) Sessão Ordinária, do 3º (Terceiro) Período da 8ª (Oitava) Legislatura. E, para constar, eu, Fernando Costa Marinho, Assessor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos de direito. Município de Apuí, Estado do Amazonas, em 04/11/2019 (quatro de novembro do ano de dois mil e dezenove).


Confere com o original
Em: 25/11/19
Alcides F. de A.


Flaviano Carvalho de Souza
Presidente

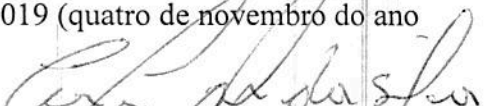

Gevan Pires Barbosa
Primeiro Secretário

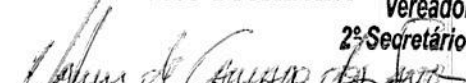

Bruno José de Moraes
Vereador



Jezreel de Souza Pinheiro
Vereador

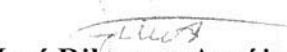

Antônio Carlos Moisés Franco
Vereador

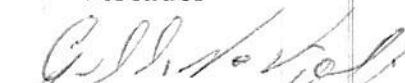

Roberto Willian Braga Gomes
Vereador


Carlos Alves da Silva
Vice-Presidente
Vereador
2º Secretário C.M.A.


Valmir de Camargo dos Santos
Segundo Secretário


Ocivaldo de Sousa Sales
Vereador


José Ribamar Araújo
Vereador


Gilberto Vizolli
Vereador



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ



DECRETO LEGISLATIVO Nº 10 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Município de Apuí

Data de fixação: 05/11/19

Data de retirada: 05/12/19

Cleide da Silva Medeiros
Ass. do responsável pelo setor

“Desaprova as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Adimilson Nogueira”.

O Presidente da Câmara Municipal de Apuí, usando das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ saber que na Sessão Ordinária do dia 04 de novembro de 2019, o Plenário da Câmara Municipal de Apuí aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica desaprovada as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Adimilson Nogueira, Ex Prefeito Municipal de Apuí, ACOLHENDO a decisão proferida pelo Pleno do TCE- AM, nos termos do PARECER PRÉVIO Nº 34/2019-TCE -TRIBUNAL PLENO e ACÓRDÃO Nº 34/2019-TCE – TRIBUNAL PLENO, por entendermos que este é o julgamento a ser aplicado.

Art. 2º - Determina a Secretaria Administrativa da Câmara as providências para:

I - A publicação deste Decreto Legislativo em locais de fácil acesso ao público em conformidade com o Art. 87, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e no Diário Oficial da Associação Amazonense de Municípios;

II - O encaminhamento de expediente ao Ex-Prefeito Adimilson Nogueira, Gestor e Ordenador à época, notificando-se para que cumpra o prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas e alcance considerado em débito, conforme constante nos itens 10.2, 10.3. e 10.4. do ACÓRDÃO Nº 34/2019– TCE – TRIBUNAL PLENO; e,

III - O encaminhamento deste Decreto Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para fins de registro, acompanhado da ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Apuí que deliberou as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Flaviano Carvalho de Souza
Vereador
Presidente da Câmara Municipal de Apuí

CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 010 2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Desaprova as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Sr. Adimilson Nogueira”.

O Presidente da Câmara Municipal de Apuí, usando das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ saber que na Sessão Ordinária do dia 04 de novembro de 2019, o Plenário da Câmara Municipal de Apuí aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica desaprovada as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor Adimilson Nogueira, Ex Prefeito Municipal de Apuí, ACOLHENDO a decisão proferida pelo Pleno do TCE- AM, nos termos do PARECER PRÉVIO Nº 34/2019-TCE -TRIBUNAL PLENO e ACÓRDÃO Nº 34/2019-TCE – TRIBUNAL PLENO, por entendermos que este é o julgamento a ser aplicado.

Art. 2º - Determina a Secretaria Administrativa da Câmara as providências para:

I - A publicação deste Decreto Legislativo em locais de fácil acesso ao público em conformidade com o Art. 87, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e no Diário Oficial da Associação Amazonense de Municípios;

II - O encaminhamento de expediente ao Ex-Prefeito Adimilson Nogueira, Gestor e Ordenador à época, notificando-se para que cumpra o prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas e alcance considerado em débito, conforme constante nos itens 10.2, 10.3. e 10.4. do ACÓRDÃO Nº **34/2019**– TCE – TRIBUNAL PLENO; e,

III - O encaminhamento deste Decreto Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para fins de registro, acompanhado da ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Apuí que deliberou as Contas da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Vereador **Flaviano Carvalho de Souza**
Presidente da Câmara Municipal de Apuí

Publicado por:
Itajair Huberti Jung
Código Identificador:0A32D6DA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DESPACHO Nº 308/2020/GP

PROCESSO Nº: 000717/2020

TIPO: ADM - COMUNICAÇÃO INTERNA - MEMORANDO / CIRCULAR

ESPECIFICAÇÃO: INFORMAÇÃO EM QUÓRUM

À

Secretaria de Controle Externo

De ordem do Exmo. Presidente desta Corte de Contas:

1. Considerando o teor do julgamento das Contas do Sr. Adimilson Nogueira, Prefeito de Apuí, exercício de 2016, proceda à juntada da documentação contida neste feito aos autos do Processo nº 11.216/2017 (SPEDE), para fins de complementação do caderno processual;
2. Ato contínuo, promova o registro do referido julgamento no Controle de Contas Anuais das Câmaras Municipais, disponibilizado no Portal deste Egrégio Tribunal de Contas;
3. Por fim, adotar as demais medidas que forem necessárias e inerentes ao termo deste procedimento.

Karla Patrícia Cauper Mendonça

Chefe de Gabinete da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **Karla Patricia Cauper Mendonça, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 21/01/2020, às 23:13, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, Portaria n. 01-SEGER/GP/TCE/AM, de 14 de dezembro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

Este documento foi autenticado digitalmente por LUCIANE CAVALCANTE LOPES.

Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 47031979-3CEE68A9-91562729-B985E0B4



<https://sei.tce.am.gov.br/sei/autenticar>, informando o código verificador **0067501** e o código CRC **184B16BE**.

Referência: Processo nº 000717/2020

SEI nº 0067501



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

MEMORANDO Nº 59/2020/SECEX/GP

À Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior

Assunto: JUNTAR DOCUMENTOS

Após o registro do referido julgamento no Controle de Contas Anuais das Câmaras Municipais, disponibilizado no Portal deste Egrégio Tribunal de Contas; Envio os documentos para juntadas nos autos processual.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Guedes Lobo, Secretário-Geral de Controle Externo**, em 10/03/2020, às 07:51, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, Portaria n. 01-SEGER/GP/TCE/AM, de 14 de dezembro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.am.gov.br/sei/autenticar>, informando o código verificador **0078625** e o código CRC **990BB24E**.

Referência: Processo nº 000717/2020

SEI nº 0078625